

O trabalho com grupos e as fronteiras do movimento analítico brasileiro: 1967 a 1976

Fernando Silveira,¹ São Paulo

Resumo: Entre os anos de 1951 e 1969, pioneiros das primeiras Sociedades de Psicanálise no Brasil trabalharam com o dispositivo clínico de grupos e tentaram validar esses trabalhos como psicanalíticos. Neste período, fundaram, paralelamente, sociedades voltadas para o trabalho com grupos; fizeram diversas tentativas de legitimar seus trabalhos nas instituições ligadas à IPA. Essa parte da história corre risco de ser esquecida, pois, a partir dos anos 1970, a busca pela “verdadeira psicanálise” marca o início do afastamento entre o trabalho com grupos e o movimento analítico, principalmente o ligado à IPA. A partir desse momento, o grupo cada vez menos será uma questão para estas “Sociedades de Psicanálise”, pouco tendo sido alterado este quadro até a publicação deste trabalho. O objetivo deste artigo é recuperar esta história e discutir a questão do grupo no âmbito do movimento analítico brasileiro, tema que retoma uma discussão sobre as fronteiras da psicanálise.

Palavras-chave: grupo, psicoterapia de grupo, movimento analítico brasileiro

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao *Jornal de Psicanálise* o convite para escrever este texto. Além de honrado, recebo muito positivamente a notícia de que, em sua linha editorial, esta publicação assume o compromisso de pôr em pauta uma questão de fronteira para a psicanálise, a questão do grupo.

Utilizei um método pouco habitual na escrita deste trabalho. Já venho desenvolvendo o tema desde o mestrado. Submeti uma primeira versão do texto a um grupo operativo no Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares, NESME. Estavam presentes diversos analistas que trabalham com grupos e que vivenciaram o período aqui discutido. Além de confirmarem algumas informações e me ajudarem a retificar outras, trouxeram valiosas contribuições para o enriquecimento deste texto. Agradeço a todos os colegas que contribuíram com a produção deste material.

Pela mobilidade das fronteiras do território psicanalítico ao longo da história, o campo de trabalho que pretende pensar psicanaliticamente os grupos

1 Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; psicanalista e membro do Grupo de Estudos sobre Grupos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professor e supervisor do Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

é um território em conflito com o movimento analítico: de um lado, a delimitação das fronteiras da psicanálise com base nos seus referenciais de fundação estabelecidos inicialmente por Freud. De outro lado, a busca pela legitimidade em se estabelecer no dispositivo grupal um recorte psicanalítico, aceitando as consequências que esse tipo de investigação traz para a psicanálise, que, segundo Kaës (1997), envolvem questões de ordem epistemológica, teórica, metodológica, clínica e institucional.

Em relação à dimensão institucional, principal foco deste trabalho, relações de conflito podem ser observadas em diversos momentos históricos. Um em especial será posto em relevo neste artigo: durante o período de formação e consolidação das Sociedades Psicanalíticas no Brasil, entre os anos de 1951 e 1969 (Oliveira, 2006), diversos pioneiros das primeiras Sociedades de Psicanálise no Brasil trabalharam com o dispositivo clínico de grupos e, apesar das polêmicas e dificuldades, tentaram validar esses trabalhos como psicanalíticos. Ao mesmo tempo que participaram da fundação das quatro primeiras Sociedades brasileiras ligadas à Associação Psicanalítica Internacional, IPA, fundaram, paralelamente, quatro Sociedades voltadas para o trabalho com grupos, nos mesmos moldes das filiadas à IPA.² Mas, mesmo fundando essas outras Sociedades, fizeram diversas tentativas de legitimar seus trabalhos nas instituições ligadas à IPA.

Essa parte da história corre risco de ser esquecida, pois, a partir dos anos 1970, a busca pela “verdadeira psicanálise” marca o início do afastamento entre o trabalho com grupos e o movimento analítico, principalmente ligado à IPA. Neste momento, nestas Sociedades, ganha força uma tendência em circunscrever o território da psicanálise ao sujeito singular e seu mundo interno. A partir desse momento, o grupo cada vez menos será uma questão para as Sociedades de Psicanálise ligadas à IPA. A aceitação de um trabalho como este no *Jornal de Psicanálise* é um entre outros diversos indicadores de que essa tendência vai se modificando ao longo dos anos.

No mestrado, realizei uma revisão bibliográfica na *Revista Brasileira de Psicanálise*, entre 1967 e 1976. Neste período, o movimento analítico brasileiro se concentrava principalmente nas Sociedades ligadas à IPA. Nos primeiros 16 volumes da *RBP*, publicados entre 1967 e 1970, há seis artigos sobre psicoterapia de grupos e sete artigos que fazem menções favoráveis à utilização desse dispositivo. Esses artigos têm a pretensão de validar os trabalhos com grupos como psicanalíticos, no âmbito das Sociedades ligadas à IPA (Silveira, 2007). No regulamento de edição de 19/08/1969, no item II, n. 3, há uma menção explícita sobre trabalhos com grupos: “Os trabalhos sobre Psicoterapia de Grupo poderão ser publicados no setor de Psicanálise Aplicada” (12, p. 438)

A partir dos anos 1970, quando a *RBP* passa do grupo paulista ligado à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP, para a Associação

2 Uma quinta Sociedade foi fundada por psicanalistas ligados à IPA em 1974, a Sociedade de Psicoterapia de Grupos do Rio de Janeiro, SPAG-RJ.

Brasileira de Psicanálise, ABP, é possível encontrar nove artigos que fazem breves menções ao trabalho com grupos (Silveira, 2007) e apenas um artigo dedicado a discutir a psicoterapia de grupos (Martins, 1975). Neste, o autor explicita a tendência prevalente de que o trabalho com grupos deve encontrar um caminho próprio, independente das Sociedades Psicanalíticas:

A Psicoterapia Analítica de Grupos, parece-me, possui, no âmbito de suas Sociedades e de seus Congressos, razoável e suficiente ambiência para ser discutida. Não necessitaria, portanto, solicitar debate e aprovação daqueles que lhe são alheios, indiferentes ou hostis. (Martins, 1975, p. 454)

Pela retirada da questão do grupo da pauta das discussões científicas ligadas à IPA, o início dos anos 1970 marca uma resolução desse conflito através da separação dos campos de trabalho. No regulamento de edição de 20/07/1974 já não há mais menção ao trabalho com grupos.

Algumas dessas Sociedades de Grupo tiveram seus dias de glória, principalmente nos anos 1960. No entanto, progressivamente, todas elas passaram a enfrentar grandes dificuldades. Enquanto todas as Sociedades de Psicanálise existem até hoje, além das inúmeras outras novas, o destino das Sociedades de grupo fundadas por psicanalistas ligados à IPA foi o oposto. A ambiência dessas Sociedades tornou-se cada vez mais frágil, e nenhuma dessas quatro Sociedades fundadas por psicanalistas existe atualmente.³

O final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 são marcados também por um período bastante conturbado no movimento analítico mundial. Durante esse período, ganha cada vez mais espaço na RBP a explicitação de outro conflito: as crises institucionais das Sociedades Psicanalíticas. Se o grupo é cada vez menos um assunto para o movimento analítico, o grupo dos psicanalistas é cada vez mais uma questão. É possível identificar na RBP, entre 1967 e 1975, diversos trabalhos, alguns referentes a congressos internacionais da IPA, que utilizam teorias de grupos para entender o que se passa nas crises das instituições psicanalíticas. Para Kaës (1997), o grupo é a matriz fecunda e traumática da psicanálise. Talvez por isso, a questão do grupo seja tão ambivalente para o movimento analítico (Silveira, 2007).

As sociedades de grupos

Desde os tempos de Pratt, Moreno e Lewin, o trabalho com grupos é um recurso largamente utilizado em atividades voltadas para a saúde e o cuidado.

3 A SPAG-RJ ainda existe, mas mudou em 1994 seu nome para Sociedade Psicanalítica Gradiva, deixando de ser exclusivamente uma Sociedade de Grupos.

Durante e após a Segunda Grande Guerra, psicanalistas trouxeram importantes contribuições ao trabalho com grupos: Bion e Foulks, na Inglaterra, e Pichon-Rivière, Bleger, Grimberg, Langer, na Argentina. No entanto a aceitação do trabalho com grupos nas instituições psicanalíticas ligadas à IPA sempre dividiu opiniões. Apesar do interesse no trabalho com grupos por parte de uma parcela de psicanalistas, a aceitação dessa modalidade de trabalho foi historicamente recebida com reservas. Freud não demonstrou grande entusiasmo pelo trabalho desenvolvido pelo psicanalista norte-americano Burrow no contexto hospitalar. Embora não existam documentos comprobatórios, há relatos de que Melanie Klein desestimulou Bion a dar prosseguimento ao seu trabalho com grupos.

Desde o início, uma solução encontrada foi caracterizar o trabalho com grupos como algo a ser desenvolvido por psicanalistas, mas um projeto paralelo ao psicanalítico. Do ponto de vista teórico, Bion utiliza o conhecimento psicanalítico como sua base, mas em nenhum momento nomeia seu trabalho como sendo psicanalítico: refere-se a ele como sua psicologia social. Na Argentina, Pichon-Rivière faz uma ruptura epistemológica com a psicanálise, seguindo rumo à psicologia social para desenvolver sua teoria.

A divisão de territórios não aconteceu apenas no nível teórico. Os trabalhos com grupos foram desenvolvidos em instituições formadas por psicanalistas, mas como projetos paralelos às instituições psicanalíticas ligadas à IPA. Assim foi na Inglaterra com a Clínica Tavistock, e na Argentina com a Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupos, AAPPG, formada por diversos fundadores da APA.

Esses dois países tiveram grande importância na formação das primeiras Sociedades Psicanalíticas brasileiras. Para lá migraram diversos interessados em realizar a formação em psicanálise, já que no Brasil, até os anos 1960, os Institutos ainda estavam em processo de institucionalização. Nesses dois países os analistas em formação puderam ter contato com os trabalhos desenvolvidos por psicanalistas com grupos. De volta ao Brasil, foram trabalhar em instituições públicas de saúde, cuidado e educação. Nesses locais, juntaram-se aos que fizeram formação no Brasil e depararam com demandas de trabalho mais compatíveis com o atendimento em grupo do que com a técnica formulada por Freud. Assim, além de ajudarem a fundar as quatro primeiras Sociedades Brasileiras de Psicanálise ligadas à IPA e seus Institutos, na década de 1960 fundaram paralelamente quatro Sociedades voltadas para o trabalho com grupos (Silveira, 2007).

A documentação dessas Sociedades é escassa, e a maioria dos registros encontrados é oriunda de memórias e depoimentos. É de extrema importância para a preservação dessa história a reunião e o arquivamento dos documentos que ainda existem, uma vez que o material que ainda resta corre o risco de ser perdido para sempre.

No final dos anos 1950 e 1960, além de duas Sociedades de Psicanálise ligadas à IPA, o Rio de Janeiro também tinha duas Sociedades de Grupos. A primeira foi fundada por Alcyon Baer Bahia, considerado o pioneiro no trabalho com grupos em solo brasileiro. Ele retornou em 1950 ao Rio de Janeiro após sua formação em Buenos Aires e, em 1951, montou no Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) os primeiros grupos de atendimento inspirados no trabalho de Bion (Silveira, 2007).

Em 1958, no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Alcyon Baer Bahia e Walderedo Ismael de Oliveira fundam a Sociedade Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupos, juntamente com Portella Nunes, professor daquela Universidade. Bahia e Oliveira também haviam participado da fundação da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, SBPRJ, que teve outros de seus pioneiros também envolvidos na fundação da Sociedade de Grupos: Edgard de Almeida, que havia feito estágio na Clínica Tavistock, em Londres, dirigida por Bion, e Mario Pacheco de Almeida Prado, membro da Associação Psicanalítica Argentina de Grupos. Psicanalistas como Ernesto La Porta e Adolpho Hoirisch, da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, SPRJ, e ligados ao Instituto de Psiquiatria, também fizeram parte do grupo. Em sua fundação, a Sociedade contava com 26 membros (Jacó-Vilela, 2011). Seu nome foi mudado para Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara e, posteriormente, para Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro, ficando conhecida pela sigla SPAG-E. Rio (Martins, 1976).

Outra Sociedade carioca foi fundada em 1961 por Werner Kemper, também criador da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, SPRJ. Ele participa da fundação e torna-se o primeiro diretor da Sociedade de Grupoterapia Analítica do Rio de Janeiro. Kemper havia participado, em 1957, do I Congresso Latino-Americano de Psicoterapia de Grupo e, como efeito, constituiu um grupo terapêutico com a segunda turma de candidatos em formação na SPRJ (Zimmermann, 1971). Esse grupo fundou, em 1958, o Departamento de Assistência Psicológica da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, porém Zimmermann não deixa claro se o atendimento era realizado em grupos. Foi encontrado o registro de fundação dessa Sociedade no Diário Oficial da União de 20 de maio de 1966.

Uma terceira Sociedade de Grupos carioca foi fundada em 1974, a Sociedade de Psicoterapia de Grupos, SPAG-RJ, que era predominantemente composta por psicanalistas ligados à SPRJ. Entre seus fundadores estavam Leão Cabernite, La Porta e Portela Nunes (Jacó-Vilela, 2011).

A psicanálise no Rio de Janeiro era uma prática exclusivamente médica, e essas três Sociedades de Grupo cariocas aceitavam apenas psicanalistas associados à IPA. Portanto, somente médicos compunham seu quadro, que passou a aceitar não médicos no final da década de 1970.

Em Porto Alegre, a prática da psicoterapia de grupos também foi introduzida por médicos psicanalistas. Davi Zimmermann, pioneiro da prática no Rio Grande do Sul, realizou seu doutoramento sobre as terapêuticas grupais e formou grupos de psicóticos e alcoolistas no hospital psiquiátrico São Pedro, em 1954. Novos grupos foram abertos com a volta de Cyro Martins da Argentina, no ano seguinte. Naquele hospital, La Porta, que depois foi para o Rio de Janeiro, também iniciou seus trabalhos. Em 1956, grupos de psicoterapia já eram realizados em consultórios particulares em Porto Alegre (Zimmermann, 1971). A Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos de Porto Alegre foi fundada em 1958, e, assim como no Rio de Janeiro, aceitava somente psicanalistas, sendo, também uma atividade exclusivamente médica.

Em São Paulo, Blay Neto implementou suas primeiras experiências com grupos no pavilhão feminino do hospital psiquiátrico do Juquery, em 1951. Oscar Rezende de Lima, em 1953, começou um trabalho em grupos no serviço psiquiátrico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, IAPI. Nos anos 1950, diversos psicanalistas que haviam feito formação na SBPSP foram trabalhar no Juquery, onde desenvolveram práticas com grupos. Outro polo de prática desse tipo de trabalho foi a Universidade de São Paulo, USP. Em 1954, foi criado o curso de especialização em psicologia clínica, embrião do que viria a ser o Instituto de Psicologia. Nesse curso, Durval Marcondes abriu espaço para a psicanálise. Lygia Amaral, que havia feito estágio em Tavistock em 1951, passou a oferecer atendimento em grupo para alunos do primeiro ano a partir de 1955. A clínica, inaugurada em 1962, também oferecia atendimento em grupo (Oliveira, 2006).

Em 1960, foi criada a Sociedade Paulista de Psicologia e Psicoterapia de Grupo (SPPAG), presidida por Bernardo Blay Neto. Seus membros eram, na maioria, psicanalistas ligados à SBPSP. Esta foi a única Sociedade de Grupos que não era restrita nem a médicos, nem aos psicanalistas ligados à IPA. Somente muitos anos após a sua fundação é que a Sociedade Paulista de Psicoterapia de Grupos criou um instituto para a formação de terapeutas. Não foi possível levantar a data em que isto passou a acontecer (Mello Franco, 2003), tampouco levantar o ano em que essa Sociedade encerrou suas atividades. Blay Neto também ajudou a fundar, em 1966, a Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais.

Em 1963, sob a iniciativa de Werner Kemper e Júlio Gonçalves dos Santos, é fundada a Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo, ABPAG. David Zimmermann é o primeiro presidente. Assim, foi criada uma associação de caráter nacional quatro anos antes de as Sociedades de Psicanálise fundarem a ABP. No Brasil, antes de 1963, os congressos de grupo eram realizados após os de psicanálise. A partir de 1964, eles ganharam maior autonomia e passaram a ser realizados separadamente. Mesmo assim, ainda havia uma estreita ligação entre os dois congressos. A I Jornada Brasileira de Psicanálise,

em 1967, organizada por Virgínia Leone Bicudo, fez da sua sessão de encerramento a sessão inaugural do V Congresso Latino-Americano de Psicoterapia de Grupo realizado em São Paulo, aberto por uma fala de Bicudo (Silveira, 2007).

Segundo dados de Zimmermann (1971), a ABPAG contava, em 1968, com 140 sócios, nas quatro Sociedades existentes. A Sociedade Brasileira do Rio de Janeiro, com 57; a de Grupoterapia, também no Rio, com 29; a paulista, com 19; e a de Porto Alegre, com 33. Destes, menos da metade trabalha com grupos terapêuticos. Todos os entrevistados por Zimmermann (63% da amostra total) eram médicos com formação em psiquiatria e pertenciam a alguma Sociedade de Psicanálise.

As sociedades de psicanálise e o grupo

Segundo Mello Franco, “Se correspondia à PAG⁴ um ‘nicho’ científico explícito e mais ou menos estabelecido, seus terapeutas ainda procuravam, algumas vezes, ter o seu trabalho validado pelos colegas das Sociedades de Psicanálise a que pertenciam” (2003, p. 24). Segundo esse autor, a psicoterapia analítica de grupos era estigmatizada e considerada “psicanálise dos pobres” por alguns psicanalistas. Outro ponto de objeção ao trabalho com grupos era que essa modalidade terapêutica seria uma psicanálise menos profunda. Waldemar Fernandes, durante o grupo operativo realizado no NESME, disse que trabalhos com grupos representavam uma grande concorrência ao trabalho psicanalítico tradicional por conta dos custos mais baixos em relação ao trabalho individual e ao grande número de pessoas que podiam ser atendidas simultaneamente. Assim, essa atividade era altamente lucrativa aos que conseguiam manter um grande número de grupos, ao mesmo tempo que concorria com a clínica tradicional, uma vez que podia absorver potenciais interessados em um processo psicanalítico.

Para Coimbra (1995), a principal resistência ao trabalho com grupos vinha da ala mais conservadora das Sociedades, enquanto os psicanalistas mais progressistas pareciam mais abertos. Não entendo que seja possível fazer essa generalização, uma vez que psicanalistas que seriam facilmente considerados como conservadores por Coimbra, como La Porta, envolvido no caso Amílcar Lobo, e Leão Cabernite, defensor da “verdadeira psicanálise”, eram membros da Sociedade Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupos e da SPAG-RJ.

Segundo depoimentos de Julio de Mello Filho e José Cândido Bastos (Silveira, 2007), ambos da SBRPJ, apesar de inúmeras tentativas, o grupo foi recebido com grande frieza nessa Sociedade por não ser bem-visto por Melanie Klein e pela IPA. O grupo era percebido como um ambiente “promíscuo”, “contaminado”, contrário à “pureza” da psicanálise. Segundo Mello Filho (2007), Walderedo Ismael de Oliveira, presidente da SBRPJ, foi um grande líder na

4 PAG: Psicoterapia Analítica de Grupos.

tentativa de implementar o trabalho com grupos. Um grande oponente a essa prática foi Mario Pacheco de Almeida Prado que, apesar de participar da fundação da Sociedade Brasileira de Psicoterapia de Grupos, mudou sua posição ao longo dos anos. Mello Filho relata que a SBPRJ chegou a ter uma opinião oficial que proibia o trabalho com grupos. Bastos não se recorda de tal posição. Aparentemente a SBPRJ foi a Sociedade com maior resistência ao trabalho com grupos, mas devido à escassez de dados documentados, essa é apenas uma suposição (Silveira, 2007).

Não foram encontradas informações sobre a aceitação do trabalho com grupos na SPRJ, além do envolvimento de Kemper com a fundação de uma Sociedade e da ABPAG.

Na SPPA houve, pelo menos no início, maior receptividade do trabalho com grupos. Em 1964, o Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre passou a ensinar psicoterapia de grupos aos alunos do último ano de formação, em um convênio entre este e a Sociedade de Grupos. Nos seminários eram discutidos temas de ordem técnica. Não havia pretensão de formar psicoterapeutas de grupo, apenas apresentar aos psicanalistas em formação o trabalho com grupos (Zimmermann, 1971).

Em seu livro, que traz uma coletânea de artigos seus sobre grupos, Zimmermann, fundador da SPPA, também manifesta seu interesse em incluir o trabalho com grupos no interior do movimento analítico, bem como na assimilação por parte das instituições psicanalíticas:

Este fato, da participação ativa dos analistas na prática, no estudo e mesmo no ensino da psicoterapia analítica de grupo, faz pensar que no futuro – após uma avaliação cuidadosa e adequada da nova terapêutica – venha ela a fazer parte dos programas dos Institutos de Psicanálise, com o que se criariam condições para um nível elevado de treinamento e maiores garantias quanto à seriedade e eficiência do emprego do método. (1971, p. 273)

Em São Paulo, na SBPSP, Durval Marcondes sempre teve a preocupação em difundir a psicanálise e torná-la acessível para o maior número possível de pessoas, até mesmo para quem não pudesse pagar por uma análise. Segundo Oliveira (2006), Marcondes opunha-se à ideia de que a psicanálise era uma prática elitista e cara, vislumbrando a possibilidade de levar a psicanálise para as políticas públicas de saúde e educação. Diferentemente do Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde o início a prática psicanalítica em São Paulo não ficou restrita aos médicos. Embora não tenham sido encontrados registros de Marcondes ter trabalhado com grupos, trabalhos com grupos foram desenvolvidos nas instituições que ele ajudou a criar. Até mesmo, no Instituto de Psicologia da USP,

Lygia Amaral realizou grupos psicoterapêuticos com alunos do curso de graduação (Oliveira 2006).

A psicoterapia de grupos também fez parte do programa do primeiro semestre do Instituto da SBPSP até 1971, juntamente a outros 11 temas, como a psicoterapia analítica de Jung, contribuições de Bion e a psicanálise aplicada às ciências sociais. A partir de 1971, com a reformulação do programa, o trabalho de Bion passou a ser estudado no 4º ano e essas matérias foram retiradas.

O início dos anos 1970 é também um período marcado pela discussão sobre a regulamentação da psicanálise. Bicudo foi notoriamente uma defensora da psicoterapia analítica de grupos como uma atribuição do psicanalista. Ela entende que o trabalho de base analítica deve ser feito por psicanalistas, seja qual for o dispositivo clínico:

No presente, a tendência do psicanalista consiste em reservar a aplicação da técnica da psicanálise para a pesquisa e para a formação de psicanalistas, a estes cabendo as diferentes formas de aplicação da psicanálise, como por exemplo: (a) *psicoterapia analítica* em grupo nas escolas maternas, pré-primárias e primárias e nos parques infantis, destinadas às crianças, aos pais, aos educadores, aos médicos; destinadas aos alunos nos colégios de grau secundário e nos institutos universitários; aos operários e seus mestres, enfim, aplicação de recursos psicanalíticos com objetivo psicoterápico onde houver grupo humano em interação. (1970, p. 122)

Em relatório elaborado para o IX Congresso Latino-Americano, realizado em Caracas em julho de 1972, ela volta a defender a prática da psicoterapia analítica como atribuição de psicanalistas, agora explicitando o conflito no movimento analítico:

Uma das áreas de divergência entre os psicanalistas refere-se à aplicação da psicanálise à *psicoterapia de grupo*. Considerando que os mecanismos psíquicos, a transferência e a resistência não operam somente na relação bipessoal da situação analítica, mantemos o ponto de vista de que a técnica psicanalítica pode adaptar-se à análise de grupo, isto é, à análise de pessoas interagindo com o analista e concomitantemente dispondo de outros componentes do grupo para continente da transferência e das identificações projetivas (1972, p. 293). Trata-se de um relatório oficial da SBPSP sobre vários assuntos. Esse documento foi submetido à apreciação crítica de outros membros, como Armando Ferrari, Mario Yahn, David Ramos, Gecel Sztterling, Judith Andreucci e Laertes Ferrão. Sobre a aplicação da psicanálise à situação grupal, a única questão levantada foi se, para que

fosse possível realizá-la, não seria necessário um treinamento específico. Assim, apesar da polêmica citada por Bicudo, no relatório oficial da SBPSP, essa Sociedade assume uma posição favorável à psicoterapia analítica de grupos como atribuição do psicanalista.

Há outro documento que mantém a mesma posição da SBPSP. Um relatório apresentado no II Pré-Congresso de Didatas, redigido por Ferrari (1972) e revisado por Virgínia Bicudo, propõe que a formação do psicanalista deve preparar profissionais que possam realizar atividades dedicadas ao ensino e à formação de novos psicanalistas, à pesquisa sobre o inconsciente e à aplicação da psicanálise para fins de assistência psicológica. Nessa aplicação, além da clínica individual, Ferrari cita também a “atividade dedicada à assistência psicológica grupal (casais, pais e filhos, grupos específicos)” (1972, p. 9). Para os programas teóricos de formação, Ferrari cita a inclusão da “psicanálise de grupos” (1972, p. 11). Seu relatório também foi comentado pela comissão de ensino do Instituto da SBPSP, por Judith Andreucci, Laertes Ferrão, Luiz Galvão e Lygia Amaral, e nenhuma ressalva foi realizada sobre a questão do trabalho com grupos.

No entanto, foi possível encontrar posições diferentes às apresentadas nos relatórios oficiais. Ferrão que, se por um lado discutiu a validade do trabalho psicanalítico com grupos em um artigo publicado em 1967 e não se opôs aos relatórios oficiais que incluíam o trabalho com grupos como atributo do trabalho do psicanalista, em 1970 declara que o tema não é de interesse para psicanalistas:

Por outro lado, a psicoterapia analítica de grupo é apenas uma aplicação da dinâmica de grupo, concebida, em termos de psicanálise, nos campos das psicoterapias. Não pode ser considerada como terapêutica psicanalítica, pois não está baseada no ‘setting’ analítico descrito por Freud e aceito por todos os analistas. Este é um problema em que todos devemos pensar, assim como nas repercussões que ele pode ter para o futuro do movimento psicanalítico. (1970, p. 311)

Em trabalho de 1967, Ferrão havia publicado texto favorável à psicoterapia de grupos no contexto hospitalar. Na busca pela “verdadeira psicanálise, a questão do grupo se coloca em torno da discussão: o trabalho com grupos é ou não é um trabalho psicanalítico? A partir de 1970, Ferrão entende que não. Frank Philips, em entrevista publicada em seu livro, deu a seguinte declaração:

Pergunta: O senhor não vê a possibilidade de aplicação da análise de grupos, como Bion fez no início de sua vida profissional? Não vê a possibilidade da aplicação dos conceitos psicanalíticos nem para a compreensão dos grupos?

Philips: É... Bem... Bion mesmo não usou grupos... Bion usou grupos como ele descreve naquele livro experiência com grupos. Mas o mais interessante – observe – é o grupo no indivíduo. Eu nunca fiz grupos. Nunca me interessei por grupos. Mas o grupo é simplesmente a mesma coisa que indivíduo, porém com mecanismos psicóticos. Todo grupo funciona na base de mecanismos psicóticos. Tem que ser assim, porque a pessoa é assim, quando um grupo se forma, que seja maior do que um par, o grupo torna-se psicótico. (Philips, 1997, 130, grifos meus)

Há vozes dissonantes na SBPSP em torno da questão. No entanto, o assunto não é explicitamente debatido na RBP. Observa-se o desaparecimento da discussão por prevalecer a posição de que o grupo não é mais uma questão para a psicanálise. Aos poucos, as Sociedades de grupo foram progressivamente se esvaziando, demonstrando a dificuldade dos psicanalistas viabilizarem estes dois projetos paralelos.

Waldemar Fernandes relatou que, ao longo dos anos 1970, muitos grupos ainda eram realizados no consultório particular. No entanto, neste campo de trabalho prevaleceu o atendimento individual. O trabalho com grupos permanece ainda hoje como uma importante modalidade de atendimento em contextos institucionais, em que ainda trabalham muitos psicanalistas.

Concluindo

Os anos 1970 marcam um silenciamento em torno da questão do grupo nas instituições psicanalíticas brasileiras associadas à IPA, embora ainda houvesse um movimento de resistência. O debate da questão é esvaziado em torno de uma discussão sobre o grupo como sendo uma técnica de trabalho. É uma técnica psicoterapêutica, não é psicanálise, mesmo que seja conduzida por um psicanalista. O psicoterapeuta de grupos pode aproveitar sua formação em psicanálise para trabalhar, mas esta técnica é menos profunda do que a psicanálise estabelecida por Freud e não é a “verdadeira psicanálise” (Silveira, 2007).

Não há um debate clínico em torno da validade dessa modalidade de trabalho. Nem do enriquecimento e da complexificação que a questão do grupo poderia trazer para a psicanálise. Conforme já havia sido observado nos anos 1970, a clínica de crianças, de casos graves, já haviam ampliado as fronteiras da psicanálise para além daquelas estabelecidas por Freud. A relação entre a psicanálise e o grupo permaneceram no terreno da aplicação de um conhecimento à uma nova situação. Ou da submissão da psicanálise a um outro saber, o da dinâmica de grupos. Não cabia ao grupo, a chamada psicanálise dos pobres, indagar a psicanálise sobre seu método, sua técnica, sua teoria, sua epistemologia,

suas fronteiras. Mesmo assim, foi utilizada por alguns psicanalistas para entenderem as crises vividas em suas instituições.

Sem o apoio institucional do movimento analítico e com o enfraquecimento do movimento grupalista, a construção e a transmissão do um conhecimento psicanalítico sobre grupos sofreu golpes dos quais não se recuperou até os dias atuais. Muitas vezes, o trabalho com grupos permanece um trabalho técnico com pouco suporte de uma teoria, de uma técnica e de um método. Há poucas instituições que oferecem formação para psicanalistas trabalharem com grupos. A construção e transmissão do conhecimento psicanalítico sobre grupos permanece mais forte nas pesquisas realizadas em Universidades do que no âmbito de instituições psicanalíticas.

Não é possível construir uma explicação simplista que nos elucide o que houve entre as Sociedades de Psicanálise e o trabalho com grupos. Questões teóricas, institucionais, econômicas, políticas, psíquicas e de outros níveis de complexidade estão em jogo nesta situação.

Não há um padrão homogêneo sobre como as Sociedades de Psicanálise ligadas à IPA aceitaram ou rejeitaram o trabalho com grupos. Havia diferenças em relação a cada uma das quatro Sociedades e, internamente, em cada Sociedade, havia importantes diferenças nas posições dos psicanalistas.

Apesar de diversos fundadores e pioneiros do movimento analítico terem se envolvido no trabalho com grupos, e, até o final dos anos 1960, a psicoterapia de grupos ainda ter desfrutado de relativa aceitação à questão do grupo, afastada do movimento analítico brasileiro, não pode nem sustentar-se como uma questão legitimamente psicanalítica nem fecundar o movimento analítico, contribuindo com a expansão de suas fronteiras.

El trabajo con grupos y las fronteras del movimiento analítico brasileño: 1967-1976

Resumen: Entre los años 1951-1969, los pioneros de las primeras sociedades psicoanalíticas de Brasil trabajaron con grupos e intentaron validar este trabajo como psicoanalítico. En ese período, fundaron sociedades de grupo e hicieron varios intentos de legitimar su trabajo en las instituciones vinculadas a IPA. Se trata de una parte de la historia del psicoanálisis que corre riesgo de ser olvidada porque a partir de 1970, la búsqueda por el “verdadero psicoanálisis” marcó el inicio de un distanciamiento entre el trabajo con grupos y el movimiento analítico, principalmente el relacionado a IPA. A partir de ese momento, el grupo, será cada vez menos considerado como cuestión en las sociedades psicoanalíticas vinculadas a IPA. Esa situación no ha cambiado significativamente hasta la fecha de publicación de esta obra. El propósito de este artículo es recuperar esa historia y discutir el tema del grupo dentro del movimiento analítico brasileño, tema que enciende una discusión sobre los límites del psicoanálisis.

Palabras clave: grupo, psicoterapia de grupo, movimiento analítico brasileño

Working with groups and the borders of Brazilian's analytic movement: 1967-1976

Abstract: From 1951 to 1969, pioneers of the first Psychoanalytic Societies in Brazil worked with groups and attempted to validate their works as psychoanalytic ones. In that period of time, they also founded societies for the purpose of working with groups; there were several attempts to validate their work in the IPA Societies. This part of history may be forgotten: since the 1970's, the search for the "true psychoanalysis" has been considered a starting point for the gap between the group psychoanalytic therapy and the psychoanalytic movement, especially the one connected to the IPA. From that moment, the group has gradually been a less and less important matter to the Psychoanalytic Societies related to IPA. Almost nothing has changed (at least, by the time this work was published). In this paper, the author intends to recover this history and to discuss the issue of the group inside the Brazilian psychoanalytic movement – a subject that brings up the discussion about boundaries in psychoanalysis.

Keywords: group, group psychotherapy, Brazilian psychoanalytic movement

Referências

- Associação Brasileira de Psicanálise (1974). Regulamento de edição, *Revista Brasileira de Psicanálise*, 8 (3), 387-396.
- Bicudo, V. L. (1970). Sobre a função de psicanalista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 4 (1), 120-123.
- Bicudo, V. L. (1972). Incidência da realidade social no trabalho analítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 6 (3 e 4), 282-305.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Ferrão, L. M. (1970). Troca de ideias sobre psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 4 (3), 306-316.
- Ferrão, L. M. (1967). Reabilitação e adaptação em psiquiatria. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 1 (3), 413-422.
- Ferrari, A. B. (1972). A profissão do psicanalista, sua regulamentação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 6 (1, 2), 5-27.
- Jacó-Vilela, A. M. (2011). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, R. B. (1975). Comentário sobre o trabalho "contribuições para uma psicoterapia de grupo com coronariopatas" do dr. Jayme Sandler. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 9 (4), 453-456.
- Martins, R. B. (1976). A Sociedade de psicoterapia analítica de grupos do Estado do Rio de Janeiro. Recuperado em 31 de novembro de 2006, de <http://www.spagerio.org.br/artigos.htm>
- Mello Filho, J. (2007). Histórico e evolução da psicoterapia de grupo. In J. Mello Filho (Org.), *Grupo e corpo – Psicoterapia de grupo com pacientes somáticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mello Franco, O. (2003). Primórdios: psicoterapia analítica de grupo – A trajetória de uma ideia e de uma práxis. In W. Fernandes et al. (Orgs.), *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, C. L. M. V. (2006). *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta.
- Philips, F. (1997). *Psicanálise do desconhecido*. São Paulo: Editora 34.
- Revista Brasileira de Psicanálise – regulamento de edição 1969. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 3 (3, 4), 438-441, 1969.

Silveira, F. (2007). *O grupo e o movimento analítico brasileiro: 1967 a 1976*. Dissertação de Mestrado, Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Zimmermann, D. (1971). *Estudos sobre psicoterapia analítica de grupos*. São Paulo: Mestre Jou.

Fernando Silveira
fesilveira1@uol.com.br

Recebido em:03/11/2014

Aceito em:10/3/2015